



## Regime Jurídico Único, Ética Pública e Normas Específicas para Servidores Municipais

### Regime Jurídico Único (RJU)

O RJU regulamenta as relações entre os servidores e a Administração Pública. Baseia-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Estabelece direitos, deveres e proibições dos servidores, contemplando:

- **Direitos:** estabilidade no cargo (após estágio probatório), remuneração adequada, progressão funcional, licenças e aposentadoria.
- **Deveres:** cumprimento das atribuições do cargo com dedicação e eficiência, zelo pelo patrimônio público, respeito à hierarquia e obediência às normas legais.
- **Proibições:** acumulação ilícita de cargos, uso de bens públicos para fins particulares, participação em atividades que comprometam a isenção e o interesse público.

### Ética Pública

A ética pública norteia a conduta dos servidores, garantindo que o exercício de suas funções atenda ao interesse coletivo com integridade, transparência e responsabilidade. Seus principais aspectos incluem:

- **Princípios Éticos:** honestidade, imparcialidade, respeito e urbanidade no trato com o público e colegas.
- **Condutas Esperadas:** atuar de forma transparente, combater atos de corrupção e preservar a confidencialidade de informações sensíveis.



- **Código de Ética:** documento normativo que orienta as ações dos servidores, definindo sanções para violações éticas.

### **Normas Específicas Aplicáveis aos Servidores Municipais**

Os servidores municipais devem observar legislações específicas que regem suas atividades, como:

- **Lei Orgânica Municipal:** estabelece as diretrizes gerais para a organização e o funcionamento da Administração Pública local.
- **Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:** regula o ingresso, as condições de trabalho, os direitos e deveres dos servidores.
- **Decreto do Código de Ética Municipal:** consolida princípios e padrões de conduta esperados dos agentes públicos municipais.
- **Normas sobre Transparência e Controle Interno:** reforçam o dever de prestar contas à sociedade e prevenir irregularidades administrativas.

O regime jurídico, a ética pública e as normas específicas aplicáveis aos servidores municipais formam um conjunto de regras que visam assegurar a eficiência, a integridade e a responsabilidade no serviço público. O cumprimento dessas diretrizes é essencial para fortalecer a confiança da sociedade na Administração Pública e para promover a justiça e o bem-estar social.